

# A ITALIA, A CRISE ECONÔMICA DO FINAL DO SÉCULO PASSADO E O PROCESSO EMIGRATÓRIO

**Nelma Baldin**  
Professora

## 1. Primeiras Palavras

Ao ler a Dissertação de Mestrado "*Das regiões Lombarda e Vêneto ao Núcleo de São Bernardo: acompanhando o imigrante italiano*", de Constantino Agazzi que a defendeu, em 1985, na Universidade de São Paulo na área de História Social, deparei-me, já no 1º capítulo ("*As razões da emigração italiana*"),

com duas das motivações que me despertaram para escrever este artigo:

De um lado, escrevi-o porque de certa forma as questões abordadas pelo citado autor enfatizam a conjuntura sócio-econômica das situações estudadas mas não as analisam sob uma perspectiva histórica e, neste sentido, sem querer polemizar com o mesmo, busco estabelecer, aqui, a análise do processo emigratório, situando-o historicamente. É bem verdade que embora não concordando de todo com o que escreve Agazzi, ao longo deste texto faço citações de informações e dados que o mesmo fornece em seu trabalho, porque considero-os relevantes e utilizo-me deles, portanto, retrabalhando-os no contexto em que os analiso.

De outro lado, escrevi este artigo buscando ampliar e complementar as informações do autor acima

citado, em especial, no que tange à imigração em Santa Catarina, pois o texto de Agazzi é específico sobre a imigração no estado de São Paulo.

Agazzi, de fato, descreve a conjuntura histórica e sócio-econômica da Itália de 1880 como fator determinante para a saída de colonos italianos como emigrantes e, em consequência, a vinda desses colonos como imigrantes para o Brasil, particularmente, como braços pa'a a lavoura cafeeira no estado de São Paulo.

Nesse sentido, portanto, partindo do ponto de vista trabalhado pelo autor, busquei traçar uma reflexão sobre a temática, reportando-a à questão da emigração vêneta e, em especial, destaquei a imigração para Santa Catarina, mais particularmente para o sul do Estado, no período de 1875 a 1880.

## 2. O Contexto Histórico italiano

Até a segunda metade do século passado a Itália era uma organização política dividida em Estados, com governos próprios, oriundos de dinastias tradicionais, conservadoras e preocupadas em preservar o princípio da "legitimidade" (e o "status quo") consagrado pelo Congresso de Viena de 1818 e susten-

tado pela Igreja e Estado, através da celebração da "Santa Aliança".

Nesse contexto, as grandes mudanças sociais que ocorreram na Europa nesse período ("revolução industrial na Inglaterra" e "revolução sócio-política na França"), pouco ou quase nada repercutiram na península italiana, a não ser no plano ideológico, dando origem à diversas associações revolucionárias clandestinas.

No plano cultural, a Itália recebia os reflexos do romantismo franco-alemão que conseguira quebrar o domínio do academicismo neoclássico, responsável que fora, este último, pela esterilidade cultural que se seguiu ao renascimento.

É certo que a filosofia do romantismo, mais os ideais de liberdade das revoluções européias foram ingredientes importantes para a nova corrente literária que se instalava na Itália - o "Rissorgimento". Mas, no plano das estruturas sócio-econômicas, a península ainda sofria a resistência tradicional das antigas formas de organização do feudalismo.

Foi somente após as lutas pela Unificação do Estado, em 1861, que a Itália teve condições de sair da situação medieval em que se encontrava e, a partir do final do século passado, desencadear a sua revolução industrial, via implantação do modo de produção capitalista.

Como resultado imediato dessa industrialização, já a partir das últimas décadas do século XIX o processo emigratório italiano, que começara anteriormente - por volta do período da Unificação -, mas de

forma esporádica, alcançou proporções de um êxodo de massa.

Para melhor determinar a relação entre industrialização e emigração, pode-se inferir que ao abalar as estruturas agrárias tradicionais, o processo de industrialização acabou por gerar desequilíbrios econômicos que integrou uma minoria detentora de capital e deixou uma maioria despossuída de bens, à margem do processo.

A industrialização da Itália na década de 80, no século passado, criou necessidades novas. Somente poucos tinham condições de satisfazer essas situações, enquanto muitos, marginalizados, não conseguiam executar as formas novas e nem conseguiam buscar possibilidades para voltar às antigas formas. Assim, desestruturados, desamparados e sem o menor vislumbre de possibilidades futuras buscaram, essas massas, na emigração de sua terra natal, o meio para encontrar as perspectivas perdidas de melhores possibilidades de vida, embora isto lhes colocasse na condição de imigrantes em outras terras.

### 3. As causas da Emigração Italiana

A Itália atravessava, então, a primeira fase da sua revolução industrial, tendo em vista que o conjunto de instalações da indústria têxtil registrada duplicara, o mesmo acontecendo com as fontes de energia industrial e com o montante de sua produção. O Quadro 1, a seguir, demonstra essa condição a que me refiro:

## QUADRO 1

### Primórdios da Industrialização na Itália

| décadas | número fusos | consumo de carvão fóssil | máquinas a vapor p/a indústria | força complexiva vapor industr. |
|---------|--------------|--------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| 1870    | 500.000      | 2.000.000                | 4.459                          | 54.000 HP                       |
| 1900    | 1.879.129    | 5.000.000                | 21.725                         | 390.000 HP                      |

Fonte dos dados: AGAZZI, Constantino, Opus cit. p. 30

A industrialização trouxe consigo novas implicações circunstanciais ao processo. A primeira vista, a constatação que se tem é que o fenômeno repercutiu diretamente nas massas trabalhadoras, quer fossem elas camponesas ou artesãs. E, em especial, a localização geográfica das indústrias na península (em geral ao norte do país), afetaram sobremaneira o movimento emigratório. O período do qual estou aqui tratando engendrou com maiores favorecimentos a industrialização da Itália Norte e Setentrional, gerando, com isso, grandes desequilíbrios sócio-econômicos e acenando, para uma grande maioria de desvalidos, com os espectros do desemprego, da fome, da subnutrição, da pelagra<sup>1</sup>, da doença, da miséria. Ainda, essa situação de tantas dificuldades advindas já desde os resquícios das lutas pela Unificação do Estado Italiano, era reforçada pelo processo de industrialização, pois as fábricas, ao importarem matérias-primas como a lã da Austrália e ao venderem seus produtos (melhores e mais baratos), acabaram com o pequeno excedente que os camponeses e pequenos agricultores conseguiam de seu

artesanato, realizado durante os longos invernos.<sup>2</sup> Para fugir dessa condição de desespero, entre 1870 e 1880 as regiões da "Alta Itália" (Piemonte, Lombardia, Trentino e Vêneto), sofreram a redução de considerável número de suas populações e, ao mesmo tempo, proporcionaram um imenso contingente de emigrantes tanto para a própria Europa, como transatlânticos. Já as décadas seguintes foram mais fortemente marcadas pela emigração das regiões da chamada "Baixa Itália" ou, Itália Meridional. Paralelamente aos reflexos da industrialização, um outro fator ainda contribuiu decisivamente para o agravamento da situação sócio-econômica na Itália: trata-se da crise agrária que, em parte, é decorrente da própria industrialização e em parte devido a introdução do modo de produção capitalista no campo que contribuiu significativamente para reforçar as diferenças sociais entre os camponeses, pequenos agricultores e proprietários de terras.

Como todo país de indústria incipiente, o governo italiano passou a adotar uma política protecionista à recém introduzida industrialização

e que acabou por prejudicar os pequenos agricultores e artesãos, pobres, e os trabalhadores braçais. Em consequência, favoreceu o grande proprietário de terras fosse através da política de importação dos manufaturados, como também referente à política de venda dos produtos agrícolas. Com isso, provocou uma alta de preços dos gêneros alimentícios, encarecendo o custo de vida e dificultando cada vez mais as condições de vida das populações menos favorecidas, marginalizando-as do processo.

Se a crise agrária decorria, em parte, da política protecionista, de outra parte, decorria, também, de uma situação natural própria das limitações geográficas italianas: o aumento da produção agrícola não

acompanhava o aumento da população.

Essa defasagem, no entanto, não ocorria por estar a Itália já superpovoada, considerando-se que em relação à outros países europeus o seu índice de crescimento populacional era (ainda é) dos mais baixos. A explicação da insuficiência da produção agrícola para a subsistência da sua população, está na limitação da sua configuração geográfica (escassez de terras produtivas ou não) e na ausência, à época, dos recursos de fertilizantes químicos e da moderna mecanização hoje utilizada.

O Quadro 2, a seguir, demonstra a situação de dificuldades no aproveitamento das terras italianas:

QUADRO 2

Itália - Terrenos Produtivos e Improdutivos,  
Recuperáveis e Irrecuperáveis

| terras produtivas | área (em Ha) | terras improdutivas        |   | área (em Ha) |
|-------------------|--------------|----------------------------|---|--------------|
|                   |              | recuperáveis               | irrecuperáveis                                    |              |
| cultura em geral  | 15.267.506   |                            |   |              |
| castanhais        | 412.591      | paludes e áreas de malária | ---   | 3.500.000    |
| bosques           | 4.092.763    | ---                        | rios, lagos, estradas, urnes de montanhas, outros | 5.000.000    |
| pastos alpinos    | 358.776      |                            |   |              |
| Total             | 20.131.509   |                            |   | 8.500.000    |
| Total Geral       |              |                            |   | 28.631.509   |

Fonte dos Dados: AGAZZI, Constantino, Opus. cit. p. 3

Considerando que à época era praticamente impossível bonificar os terrenos recuperáveis (obra somente realizada em meados deste século), segundo Agazzi (p. 36), podemos perceber que,

*"filho de camponês que não pudesse se empregar na indústria ou no setor de serviços, não tinha outra alternativa a não ser emigrar, pois, um só entre os muitos filhos de uma família camponesa poderia*

*tomar o lugar do pai, fosse este pequeno proprietário ou braçal".*

Na verdade, existiria uma segunda alternativa, via reforma agrária. Mas esta, dependia das decisões governamentais e não estava, portanto, ao alcance direto dos indivíduos.

Dessa forma, a situação sócio-econômica da Itália, nesse período, apresentava-se dinâmica sob o ponto de vista do capitalismo e de sua decorrência, a revolução industrial e estática, sob o ponto de vista da propriedade fundiária. Assim,

mediante condições tão adversas, procurou, a população, outras alternativas culminando, essa busca, com o abandono de sua terra de origem.

#### 4. O Vêneto

A região do vêneto que se situa ao norte da Itália 3 esteve, até o movimento político de Unificação de Estado Italiano, sob a dominação do Império Austro-Hungaro e sofreu, nesse período, forte fluxo migratório. Duramente atingido

pelos resquícios das guerras de Unificação, pelos aspectos deprimidos da introdução do modo de produção capitalista no campo e pelo lento processo de industrialização em fase inicial, que não permitia a absorção da mão de obra excedente, o Vêneto viu-se, em fins do séc. XIX, com uma grande massa artesanal e agrária organizada mas sem que tivesse, no entanto, oportunidades de empregos na indústria nascente.

Agazzi (p. 40), se refere à esta questão afirmando que, de fato,

*"os pequenos teares que antes rodavam nas casas de campanha, não puderam resistir à concorrência dos teares mecânicos que em pouco tempo varreram do mercado os grossos mas duradouros tecidos manufaturados".*

E, mais adiante, o autor acima citado ainda expressa,

*"foi assim que... especialmente no Vêneto, foi se constituindo um exército de braçais (com trabalho temporário), que antes poderiam ter feito girar o fuso nos meses inverniais e chuvosos" e. (lavrado a terra nos meses estivos e primaverais).*

### QUADRO 3

#### Mapa da Itália Localizando a Região do Vêneto



Portanto, compreende-se que esta massa de braçais-artesãos-agrários que de um momento para o outro viram-se sem perspectivas futuras, tenha optado pela emigração. Ademais, um outro fator contribuiu sobremaneira para o agravamento da situação: a característica da grande propriedade fundiária no Vêneto, à semelhança das propriedades do sul da Itália.

O estudo de Bortolotto<sup>4</sup> aponta que, no Vêneto, a propriedade obedecia aos seguintes critérios:

*"pequenas e médias propriedades nas regiões de montanha e colinas; grandes propriedades, já com caráter capitalista, nas regiões de planície. Os eixos da produção eram os cereais e os vinhedos" (mais a produção fabril artesanal dos teares domésticos).*

Nesse sentido, é importante ressaltar, também, que ao lado das grandes propriedades existia um mosaico de infinitesimais e insuficientes recortes de terrenos, explorados de maneira ainda pior por um proletariado de pequenos arrendatários (ou meeiros) que, como os demais, incertos quanto ao futuro, não tinham estímulos para aplicar nas condições de vida ali presentes. Assim, sem recursos e sem estímulos para reinvestir na terra a fim de manter o nível de produtividade, esses pequenos proprietários acabavam por vender o pouco que possuíam e iam engrossar as fileiras dos emigrantes.

Praticamente já em fins do século passado e início deste século, enquanto nas regiões do Piemonte e, principalmente, na região da

Lombardia, a indústria vinha conseguindo mudar a situação social desses braçais-trabalhadores transformando-os em operários técnicos, nas propriedades agrárias do Vêneto, povoadas por camponeses braçais, a crise econômica agravava-se consideravelmente, acentuando a miséria entre essas populações. Numa tentativa de saírem dessa situação de penúria lastimável, apresentava-se, a emigração, como uma porta de entrada, nova, para uma outra vida. Com certeza, pensavam, "uma vida melhor".

## 5. A política imigratória no Brasil

As Américas despontavam, para a grande maioria dessas populações, como as grandes oportunidades em meio à tantas dificuldades. Tendo em vista as enormes extensões de terras vazias e incultas americanas, exerciam, essas, uma atração quase mágica sobre esses povos desfavorecidos.

Nos anos de 1876, 1877, 1878, circulares, panfletos, jornais, agentes de emigração e conferencistas (a serviço das companhias de imigração) circulavam por toda a Europa e, em particular, pela Itália, desenhando as Américas com cores de ouro. Dessas terras sonhadas, de forma especial o Brasil, conforme propaganda da época, notadamente difundida pelos agentes das Companhias de Imigração (especial da Companhia do brasileiro Caetano Pinto) (5), era uma terra tropical riquíssima, com fácil disponibilidade de áreas cultiváveis. Em outras palavras, era "a

terra da fartura" ou, "il paese della cucagna". 6

A propaganda extremamente difundida mostrava uma campanha migratória organizada tanto de parte do país que fornecia a mão de obra, como de parte do país que recebia o imigrante. Campanha suficiente para despertar a confiança e a credulidade daqueles povos que passavam, principalmente no vêneto, pela dura e difícil crise econômico-social da qual vimos aqui tratando.

Para se ter uma noção, ainda que insuficiente, do efeito psicológico que a publicidade, nesse caso, exercia sobre essas populações, veja-se os termos da **Lei da Imigração do Governo Imperial Brasileiro de 19 de janeiro de 1867**, amplamente propagada nos atos de campanha pró imigração: (7)

No item **Regulamento das colônias do Estado**, da referida Lei, em seu capítulo I

- **fundação das colônias, distribuição dos terrenos e condições das propriedades**, determinava-se que a venda dos lotes das colônias (sempre criadas por decreto do governo imperial) seguiria as medidas estabelecidas em lei, ou seja: vendiam-se lotes urbanos e rurais, com metragens variadas. As condições de pagamento eram à vista ou a crédito e, neste caso, com o acréscimo de 20% do valor total, pagas, as prestações, em cinco pagamentos iguais, a contar do segundo ano depois de estarem os colonos já estabelecidos. Os títulos, definitivos para quem comprava à vista e provisórios

para quem comprava a prazo, seriam remetidos aos colonos pelo governo imperial, três meses após finalizados os pagamentos. Em se tratando de pagamentos a prazo, os títulos ficavam hipotecados à Fazenda Nacional até que a dívida fosse quitada;

O capítulo II da citada Lei - **administração das colônias**, determinava que em cada colônia haveria uma Junta Administrativa composta de oito membros (o diretor, o médico e seis colonos escolhidos entre si próprios e que já tivessem pago os seus terrenos à vista). À Junta cabia a construção, restauração e manutenção das edificações destinadas ao culto religioso, à instrução e à administração, como também das estradas e pontes. Ainda, a Junta deveria tratar da abertura de estradas coloniais (caminhos no meio da floresta), pontes provisórias, medidas de lotes, desmatamento para loteamentos e construções de casas, erguer casas provisórias para o recebimento de novas levas de colonos, encarregar-se da aquisição de animais, instrumentos agrícolas, mudas de plantas sementes e, ainda, da organização das despesas e balanço anual do andamento a colônia, dentre outras atividades mais, todas, segundo a lei, com fins de melhor administrar a colônia;

Por essa mesma Lei ainda, em seu capítulo III - **recepção e estabelecimento dos colonos**, as colônias teriam acesso facilitado e já estariam preparadas quando da chegada dos colonos. Os lotes já estariam roçados e teria, na colônia, uma construção especial nde

seriam acolhidos, provisoriamente, os colonos recém chegados até que recebessem os seus lotes definitivos. Na ocasião, receberiam também, as sementes de que precisariam para as primeiras plantações destinadas ao sustento próprio, como também os instrumentos agrícolas necessários, cujos custos estariam incluídos no preço da terra.

Estas e outras mais determinações da Lei, difundidas com entusiasmo pelos agentes das companhias de imigração por toda a Europa (em parte com a conivência dos próprios governos dos países europeus, notadamente do governo italiano), despertavam nos jovens e necessitados trabalhadores a ânsia, a vontade de reagir, o desejo da viagem, pois, acima de tudo, consideravam a "esperança de uma vida melhor" o mais importante incentivo à busca dessas novas terras e desses novos locais de trabalho.

É interessante destacar, ainda, que a política de imigração era uma prática comum entre os países latino-americanos, desde os movimentos de independência. Tinham motivos fortes para isso: precisavam povoar suas terras para garantia da soberania nacional e para valorizar economicamente o solo.

No Brasil, a imigração começa com as providências de D. João VI na instalação de colonos açorianos no Espírito Santo, alemães na Bahia, alemães e suíços no Rio de Janeiro, e com a Lei de 1820 que concedia terras a imigrantes católicos.

No entanto, essa política imigratória teve o seu maior crescimento a partir de meados do século pas-

sado. Naquele momento, três fatores de fundamental importância acontecem no Brasil: a expansão da cultura cafeeira no Vale do Paraíba, o movimento para o fim do regime de escravidão negra e a necessidade imperiosa de se colonizar as terras incultas do país, principalmente as terras do sul, a fim, inclusive, de resguardá-las de invasões espanholas.

Nesse sentido, a imigração aparece ao Governo Imperial como uma solução. Os cafeicultores, que sentem a pressão da libertação da mão de obra escrava como um fator de queda de produção, apoiados pelo Conselho de Estado (já a partir de 1842), defendem a vinda do imigrante para o trabalho agrícola (em forma de assalariado) nas fazendas de café, contrariando os interesses do Estado, que propunha a vinda de imigrantes para a formação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade.

Em vista desse duplo interesse, correram, paralelamente, duas orientações e duas práticas imigratórias no Império Brasileiro:

*"uma, oficial, quando o governo cria, ainda, núcleos coloniais de estrangeiros e, outra, particular ou estimulada pelo próprio governo, que visa a obtenção de braços assalariados para o trabalho agrícola nas grandes fazendas de café. Tal atitude, à primeira vista, paradoxal, era, na verdade, resultante da contradição da conjuntura, ou seja, da necessidade de braços para a lavoura cafeeira em expansão e da necessidade de pequenos proprietários produtores da lavoura de subsistência".<sup>8</sup>*

No estado de São Paulo prevaleceu, decididamente, a imigração de trabalhadores agrícolas, ao menos até inícios do presente século. Após este período começaram a chegar, à São Paulo, os imigrantes artesãos de ofícios, que passaram a trabalhar nas fábricas das zonas urbanas a par, naturalmente, dos colonos que se dirigiam aos núcleos fundados já a partir do Primeiro Império. Campanha essa, que durou até o período da Segunda Guerra Mundial.

O fator São Paulo, significativamente "diferente", não interferiu na imigração para o Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde os imigrantes se dirigiam para a fundação de núcleos coloniais.

## 6. O emigrante vêneta a caminho do Brasil

Como escreveu o Padre Luigi Marzano que em 1899 acompanhou uma viagem de emigrantes italianos que partiram do porto de Havre, no Canal da Mancha, na França, em um navio brasileiro, o "Minas",<sup>9</sup> e que veio estabelecer-se na colônia de Urussanga, em Santa Catarina, enquanto milhares de colonos partiram das regiões do Piemonte e da Lombardia com destino à Argentina, os Vênetsos, que descendiam dos antigos clãs que povoavam as montanhas do Cadore e Dolomites e dos habitantes das províncias de Belluno, Treviso, Vicenza, Mantova, Padova, Verona, Veneza, partiram com destino ao Brasil.<sup>10</sup>

As decepções que se seguiam já ao aportarem na "nova terra" dos sonhos quando do encontro da miséria, da mendicância, da exploração (quadros que tão bem conheciam e dos quais procuravam fugir), da falta de informações, do descaso das autoridades brasileiras para com essas populações, do descumprimento de acordos e de leis e da divulgação, entre os imigrantes, de que seriam deixados em plenas florestas entre indígenas e feras, aliadas às dificuldades enfrentadas pelo não cumprimento das obrigações previstas de parte das Companhias de Imigração e de seus respectivos agentes e ainda do não cumprimento da legislação divulgada de parte do governo brasileiro, em relação às colônias, e até da política de freamento que em determinado momento o governo brasileiro adotou em relação à imigração, no entanto, não chegaram a desestimular o movimento migratório que se fez constante até meados do séc. XX.

Passado o trauma da decisão e da perspectiva da travessia do mar, preparavam-se para partir. Para a viagem, vendiam o que possuíam a preços irrisórios, pois com esse dinheiro pagariam a passagem e, com sorte, ainda sobraria para adiantar o pagamento da terra no Brasil, ou quem sabe até pagá-la à vista.

Sempre dolorosa era a despedida, o adeus às pessoas que lhes eram caras. De uma parte, lágrimas das mães e irmãs que ficavam já que consideravam a partida para a América como aquela para a eternidade. De outra parte, as tentativas, inoportunas naqueles momen-

tos, de dissuasão, que faziam os irmãos e os amigos que ficavam. E assim, divididos entre as lembranças e as esperanças, partiam. Levavam consigo os poucos pertences, o pouquíssimo dinheiro e... acima de tudo, a força da religiosidade: a fé em Deus. Segundo depoimento do acima citado padre Luigi Marzano (p. 33), "o maior consolo que tinham era o de oferecer a Deus o sacrifício por que passavam".

O emigrante vêneto que se dirigiu ao Brasil, por vêzes embarcou no porto de Gênova <sup>11</sup>. Nesse porto, o quadro vivido pelas populações de emigrantes abaladas psicologicamente pela aventura da viagem, exploradas pelos agentes e companhias de viagem, pelos albergueiros e taberneiros da cidade, pelo desafio no navio que os levaria era realmente desolador. O padre Pietro Maldotti (missionário dos emigrantes no Porto de Gênova) que acompanhou os emigrantes em duas viagens ao Brasil, relata, em suas memórias, minúcias de tristes momentos por ele assistidos.

Pietro Maldotti enfatiza a questão da exploração do emigrante, porque os agentes de viagem, em geral, "despejavam" massas de populações no porto, quase sempre com muita antecedência da data marcada para o embarque, pois quanto mais tempo a família ficasse na cidade à espera do navio, maior seria a especulação que os investidores do local exerceria sobre ela. E, quando acabava o seu pouco dinheiro, não tendo ainda chegado o seu navio, eram-lhe então sequestrados os poucos pertences restantes da venda de seus pobres objetos para a viagem e a família jogada no desespero da rua. <sup>12</sup>

*"E era um espetáculo que já durava 20 anos (Maldottiescreveu este depoimento em 1894), o de ver as ruas, as portas das igrejas e os edifícios públicos cheios de grupos de desgraçados emigrantes, famintos, seminus friorentos, mesmo nas noites rígidas e chuvosas do inverno".*

FOTOGRAFIA 1

Família de emigrantes italianos antes do embarque  
no Porto de Gênova



**FONTE:** Suplemento Especial. **Jornal A Tribuna** - Caldeamento Capixaba, Vitória/ES, 31 de julho de 1994, p. 3.

Muito provavelmente, o padre Maldotti refere-se, nesse caso, aos emigrantes que chegavam ao porto entre poucas famílias e sem o apoio de grupos já previamente organizados, e, na maioria das vezes, eram já ludibriados pelos próprios agentes de viagem no seu próprio Comune, antes mesmo de lançarem-se à aventura. No caso da emigração dos vênéticos, na sua maioria agricultores camponeses, os grupos de trevisanos, beluneses, friulanos, e outros, na maioria das vezes chegavam ao Comune de Conegliano (Província de Treviso), carregados até mais poder, para reunirem-se aos demais grupos e, ali, embarcavam no trem que os levava ou a Treviso, de onde partiam de trem para a França, passando por Paris e seguindo até o porto de Havre para o embarque ou, à Verona, de onde juntavam-se com grupos de emigrantes trentinos e seguiam por trem, ao porto de embarque que era Gênova ou, um dos portos franceses. Como iam em grandes levadas, as viagens eram programadas de forma a que quando chegassem à cidade portuária, para a sua partida, não tivessem mais muito que esperar, apesar do longo tempo que por vezes lá permaneciam, alojados de qualquer forma e em quaisquer condições. E depois partiam em busca de sorte e de uma vida melhor.

No Brasil, os preferidos para a imigração eram os de índole pacata, trabalhadores incansáveis, dóceis às determinações governamentais. Na verdade, esses critérios que traçavam um perfil de indivíduo

"que vale a pena investir" (como eram tidos os vênéticos), já eram estabelecidos aqui no país, considerando-se as determinações da Lei da Imigração de 1867 e as exigências dos fazendeiros de café de São Paulo que, após 1888, tratavam de substituir nas suas lavouras os braços dos negros escravos.

### 6.1. A viagem

A seu tempo, o navio preparava-se para partir. Os passageiros eram chamados pelo nome e em geral, subiam famílias inteiras. Segundo os relatos dos padres Marzano e Maldotti, sobre o convés (e também em terra), desenrolava-se um estado de comoção geral, por vezes de dor dilacerante ao sentir que deixavam para sempre pais, irmãos e também filhos, enquanto o navio se afastava do cais ganhando o alto mar.

Se tudo corresse bem na viagem, em 30 dias mais ou menos, estariam no Brasil, no Rio de Janeiro. No entanto, o estado no navio em determinadas viagens com cerca de trezentas, quinhentas, oitocentas e até mil pessoas a bordo, mal acomodadas, por vezes doentes, cansadas, com enjoos, sofrendo calor excessivo, vendo muitos de seus entes queridos não resistirem à tantas agruras e morrerem em alto mar, principalmente crianças, dentre outros fatores mais, faziam com que a viagem lhes parecesse mais longa e dolorosa do que de fato era.

Renzo Maria Grosselli <sup>13</sup> enfatiza que,

"muitos emigrantes fizeram uma boa viagem, muitos péssima, muitos pagaram com a vida. Alguns foram tratados com justiça, de acordo com o contrato que tinham assinado, outros foram miseravelmente ludibriados. Já contamos a respeito de alguns logros clamorosos. O mais comum era o de transportar esse povo em navios a vela, ao invés de nos prometidos navios a vapor. Isto significava duplicar pelo menos o tempo da navegação (mas na falta de vento até triplicá-lo ou quadruplicá-lo) com consequentes maiores riscos de doenças e mortes, em vista da má alimentação que era distribuída a bordo e do amontoamento de pessoas. Algumas vezes os navios eram verdadeiras banheiras apanhadas às pressas nalgum arsenal em que estavam guardadas para serem consertadas".

Só a bela visão da paisagem nova é que amenizava todo o sofrimento e esses desconfortos. E, ao chegarem à baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, e ao verem o Pão-de-Açúcar, os ânimos reavivavam-se: haviam chegado na *nova terra*, no Brasil dos sonhos.

Do Rio de Janeiro, os imigrantes vênets tiveram os deslocamentos de praxe praticados pelas Companhias de Imigração, e os colonos seguiram por terra ou por mar os rumos de São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul... Santa Catarina.

O caminho, certamente, era lento: porto de Santos, porto de Paranaguá e, finalmente, já em

Santa Catarina, chegavam ao porto do Desterro. A cidade, situada numa ilha, parecia-lhes "incantevole" (um encanto), segundo depoimento do padre Marzano. No Desterro (depois Florianópolis), eram abrigados na casa construída para ser a "hospedaria dos imigrantes" (hoje o Portal Turístico de Florianópolis), onde ficavam aguardando que as autoridades lhes encaminhassem às colônias a que se destinavam. Os que se encaminhavam para o sul do estado seguiam viagem para o porto de Laguna.

De Laguna, os primeiros imigrantes (nos anos de 1877, 1878, 1879 em diante) subiram em barcos a remo, pelo Rio Tubarão, até as imediações do povoado de Tubarão, na localidade de Morrinhos. Com a construção da estrada de ferro Dona Tereza Cristina, os imigrantes também faziam esse caminho de trem até a estação de Pedras Grandes. O trajeto final, partissem de Tubarão ou de Pedras Grandes, era feito a pé, segindo por picadas, por montes e vales, em plena floresta virgem, até chegarem às terras das colônias a que se destinavam: Urussanga, Azambuja, Criciúma, Nova Veneza, Nova Belluno (hoje Siderópolis), Nova Treviso, Belvedere, Grão Pará ...

## 7. O início

Ao chegarem, recebiam os lotes que haviam comprado, em plena floresta, sem que estivessem roçados e sem a casa inicial, como rezava o contrato.

"As terras eram medidas, por meio de picadas, na linha de frente. Cada lote tinha uma picada lateral

de 50 metros, balisada, e que indicava direção das confrontações com seu vizinho. Cada colono era informado que poderia aprofundar-se 1.100 metros floresta a dentro, a partir da linha de frente, pois a 1.100 metros, a terra já era fundos de outro lote que pertencia a outro colono de outra linha de frente. O imigrante era levado pela picada e nela lhe era mostrado o piquete de onde começava a sua propriedade e outro, de onde terminava. As palavras que acompanhavam o gesto de entrega eram as mesmas: esta é a sua propriedade. Pode tomar posse. Pode derrubar a floresta, pode construir a sua casa. Pode plantar, colher..." 14

Sem ter onde abrigar-se do frio e da chuva, sem ter o que comer, sem animais de tração, sem plantações, começavam "uma vida nova". Desmataram, prepararam a terra, semearam, construíram cabanas, alimentaram-se de aves, peixes e de frutos dos bosques, colheram, sofreram doenças e males dos mais diversos e estranhos, suportaram a fadiga e as tristezas, e resistiram. Antes de tudo, fortes.

A partir da chegada, a par das decepções e amarguras de ver que nem a campanha prometida e nem a legislação se cumpriam, recebendo apenas uma ínfima ajuda inicial do Governo Imperial quando da distribuição dos lotes de terra e de instrumentos e sementes para o cultivo, esses imigrantes foram praticamente abandonados à própria sorte, contando, para a garantia da sobrevivência, em meio à floresta, com o apoio dos familiares

ou de outros colonos seus vizinhos e conhecidos.

Segundo depoimento do Padre Luigi Marzano<sup>15</sup>, pouco depois de chegados já estavam instalados e de cabanas de folhas de árvores, passaram a pequenas casas de madeiras. As colheitas aconteceram possibilitando a alimentação, apareceram os moinhos de farinha, as pequenas "vendinhas" com o mais indispensável como café, sal, açúcar, sabão e outras miudezas, aumentaram as picadas, as estradas, os pontilhões, as pontes, compraram o gado, o carro de bois, os sapatos, os tecidos, construíram os edifícios públicos, as escolas, a igreja, e o sentido de urbanização se fez presente.

A carta do imigrante belunês anônimo (apenas assinada P.C.) escrita em Urussanga em 21 de abril de 1883 e enviada aos familiares na Itália, retrata bem os sinais das dificuldades e sofrimentos iniciais:

"... Antes de mais nada vos falei da nossa igreja, a construção vai, mas, infelizmente, muito lentamente. Precisamos superar dificuldades verdadeiramente graves para atingirmos o nosso intento, porque falta-nos quase de tudo. Falta-nos estradas para conduzir o material, falta-nos os carros para transportá-los e em modo especial, falta-nos os calços que devemos comprar a cerca de 140 Km. daqui, além do que custam cerca de 12.50 francos o quintal. Além do mais, os pedreiros estão ocupados na construção da vizinha ferrovia que está por abrir, de maneiras que se tem muito trabalho para encon-

trar-se artesãos adaptos ao trabalho. No entanto, alguma coisa já se fez e hoje já temos 140 metros de paredes construídos..." 16

Esse trecho da carta do imigrante relata bem os problemas iniciais para a construção e implantação das colônias. A falta de estradas, meios de transportes (no caso cavalos e o carro de bois), instrumentos de trabalho, sementes, gado, materiais, mão de obra, construções públicas e pessoal, recursos esses prometidos na propaganda oficial da imigração, como também a falta da igreja e do padre, da escola e do professor, do médico, mais os perigos constantes que sofriam devido aos ataques de feras e de indígenas (conhecidos como "bugres"), deixavam os colonos ainda mais apreensivos quanto às suas possibilidades, embora não se sentissem desestimulados. E, com certo orgulho, sentiam-se (e sabiam-se) os realizadores da obra do desbravamento.

Em 11 de junho de 1885, o imigrante feltrino A. Pescador, sempre em Urussanga, escreveu aos seus familiares que ficaram na Itália, dizendo-lhes que

"... em 27 de janeiro passado estive aqui uma comissão composta de dois engenheiros, seis agrimensores, seis ajudantes, entre eles o italiano Michele Napoli, para providenciar as medidas do terreno para a construção de uma nova colônia (no caso, Nova Veneza)... O quadro seria belo, se não fosse o seu fundo escuro. De janeiro até hoje, Urussanga tomou um novo aspecto: surgem alguns fabricantes de moinhos de pedras (como o

sistema europeu), porém, até agora, ninguém recebeu nenhum pagamento de nada, porque não há recursos e nem a comissão (responsável pelo gerenciamento da colônia) não os há... O que vale a dizer que nós (os colonos), somos sempre os estrangeiros... Como este governo muda de Ministério como nós mudamos de camisa, eu não acreditei muito na circular relativa a 17 de dezembro de 1884 (onde o Governo prometia viagem gratuita aos novos imigrantes que viessem para as novas colônias a serem abertas). Pobre de quem acredita. Mas porém, quem vem mesmo enganado, vive melhor no Brasil do que na Itália: na Itália se vivia pior..." 17

A carta acima citada desenha os primeiros sinais de desenvolvimento da colônia, sobretudo da organização urbana. Mostra também do desencanto dos imigrantes com a falta de comprometimento do governo brasileiro na responsabilidade dos acordos firmados, mostra as dificuldades para levar avante o cotidiano, as durezas das condições de vida e de trabalho que enfrentavam e sobretudo, mostra, também, a adaptação ao lugar onde estavam vivendo e o amor pela *nova terra* (agora *deles*) que esses imigrantes já passavam a sentir: "se vive melhor no Brasil do que na Itália".

Aos imigrantes italianos coube a dura fadiga do fazer o *início*. O movimento constante desse ato refletiu-se com os meios criados ou adquiridos no correr das décadas pela estabilidade dos colonos instalados 18, e reflete-se ainda, em particular no que representam,

hoje, para o sul do estado de Santa Catarina, essas cidades então fundadas. A industrialização que nelas se instalou juntamente com o processo de mineração mais a produção da agricultura, deram-lhes um contorno típico que, conservado na

cultura, tradição e história de seus povos, independente da forma, mantém impressas as tonalidades das fortes marcas que as fizeram vingar.

## FOTOGRAFIA 2

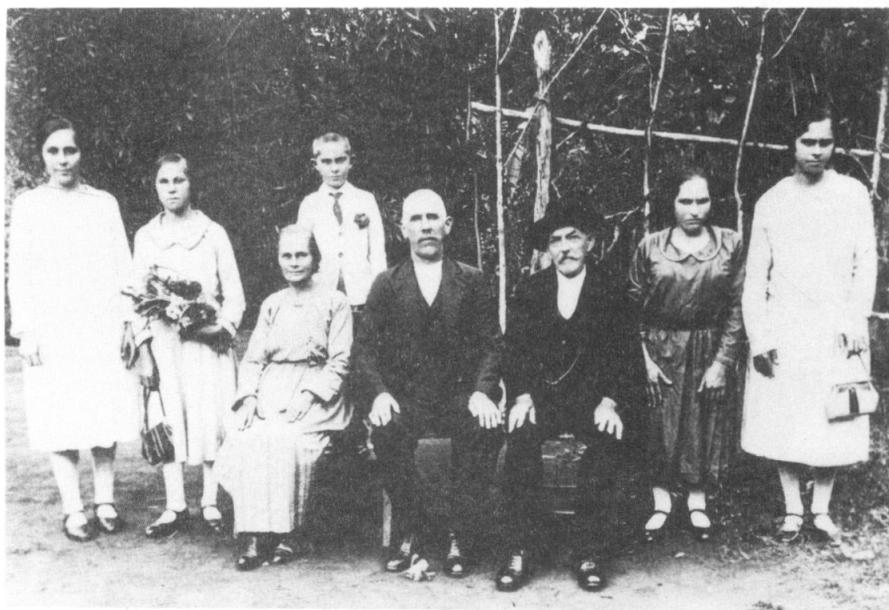
**Casa do imigrante Domingos Miot, construída por volta de 1884, na localidade de Rio Salto/Urussanga**



**Fonte: Urussanga - As Imagens da História, Volume 1 - Tribuna Municipal, Criciúma: Gráfica e Editora Tabajara, s.d. p. 48.**

### FOTOGRAFIA 3

Família do colono João Baldin, com seu pai, o imigrante Antonio Baldin, fotografados por volta de 1932, na localidade de Rio Carvão/Urussanga



FOTOGRAFIA 4

Colono Luiz Benedet e sua mulher Maria Comin,  
fotografados por volta de 1958, na localidade de  
Rio Salto/Urussanga



## NOTAS

1. pelagra - doença decorrente da subalimentação e subnutrição crônicas.
2. Sobre o assunto ver: LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. 5.ed. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1989, p.30.
3. Vide *Quadro 3* - Mapa da Itália localizando a Região do Vêneto
4. BORTOLOTTO, Zulmar. *História de Nova Veneza*. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992, p. 8.
5. O contrato de imigração entre o Governo Imperial Brasileiro e Caetano Pinto assinado em 1874 e renovado em 1875, dáva-lhe vantagens na publicidade, campanha, agenciamento e transporte migratório. Caetano Pinto residia habitualmente em Paris, mas sua organização agia em território do norte italiano, em convênio com o Consul brasileiro em Marselha e usufruiu, num primeiro tempo, de companhias navais francesas e, posteriormente, da Agenzia Marittima Americana de Clodomiro de Bernardis, em Gênova. Sobre o assunto, ver: PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: BRDE, 1982.
6. "Il paese della cucagna" - "a terra da fartura", "o paraíso", "o eldorado".
7. Ver *Regolamento degli immigranti - L'immigrazione al Brasile e la Legge del 19 gennaio 1867 in MARZANO, Pa. Luigi. Coloni e Missionari italiani nelle foreste del Brasile*. 1ª. Reimpressão. Belluno: Tipografia Piave, setembro, 1991, p. 73 a 83.
8. AGAZZI, Constantino, Opus. cit. p. 58.
9. É interessante notar que as companhias de imigração, através de seus agentes, sempre agiram livremente na Itália, apesar de no curso dos anos ter havido intervenções parlamentares quanto à esta questão e de o governo italiano haver baixado circulares ao longo de trinta anos (iniciou por volta de 1868) e mais tarde leis (1888; 1901 e 1902), regulamentando essa atividade. No entanto, a atuação dos agentes de imigração era permitida na Itália e as viagens dos emigrantes se faziam em navios italianos e o embarque em portos italianos (no porto de Gênova, principalmente para os italianos do norte) e em portos franceses (Le Havre, Marselha, Bordeaux...). Porém, após a Lei de 1888 que restringiu a atuação dos agentes de imigração na Itália (dado os abusos cometidos por esses agentes com os emigrantes e a falta de cumprimento das leis e respeito para com os emigrantes nos países para onde imigravam - no Brasil, em particular), a emigração excessiva, apesar de passar a ser proibida nos portos e navios italianos, passou a ser efetuada com mais intensidade em portos e navios estrangeiros, principalmente nos portos franceses e os agentes, proibidos de agir legalmente, passaram à atuar na clandestinidade
10. MARZANO, Luigi. Opus c.t. p. 70.
11. Vide *Fotografia 1*, anexa - Emigrantes italianos antes do embarque em Gênova

12. Confira AGAZZI, Constantino. Opus cit. p. 52.
13. GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer - camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987, p. 229.
14. Conforme depoimentos em BALDESSAR, Quinto David Mons. *Imigrantes - sua história, costumes e tradições*. Brasília: Edição do Autor, 1991, p. 60.
15. MARZANO, Luigi. Opus cit. p. 89-100.
16. Carta publicada em FRANZINA, Emilio. *Mérica! Mérica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina 1876-1902*. Verona: Cierre Edizioni, 1994, p. 109.
17. Carta publicada em FRANZINA, Emilio. Opus cit. p. 117
18. Vide *Fotografias 2, 3 e 4, anexas* - 2. Casa do imigrante Domingos Miot, construída por volta de 1884, na localidade de Rio Salto/Urussanga; 3. Família do colono João Baldin, com seu pai, o imigrante Antonio Baldin, fotografados por volta de 1932, na localidade de Rio Carvão/Urussanga; 4. Colono Luiz Benedet e sua mulher Maria Comin, fotografados por volta de 1958, na localidade de Rio Salto/Urussanga.